

“Uma candidatura de inspiração popular”: a formação da Frente Popular Alagoana (1955)

“An candidature of inspiring people”: the formation of the “Alagoana Popular Front” (1955)

Anderson Vieira Moura*

Resumo

O objetivo deste texto é analisar a formação da chamada “Frente Popular Alagoana” – coligação formada pelo PSP e PTB para disputar a sucessão governamental de 1955 – além de seus possíveis desdobramentos sociopolíticos. O candidato da frente, Muniz Falcão, ficou marcado pela historiografia local como um “político populista”, carismático e manipulador. O então governador, durante o pleito, o udenista Arnon de Mello, estava sempre invocando o “povo” em seus pronunciamentos, chegando até a defender a classe operária numa entrevista na véspera da eleição. Quem era o “populista”, afinal? E os trabalhadores de Alagoas foram manipulados ou apenas optaram por um candidato? O presente texto procura indicar alguns apontamentos sobre essa questão por meio das reportagens do **Jornal de Alagoas**, periódico pertencente aos **Diários Associados**.

Palavras-chave: Populismo. Eleições. Trabalhadores.

Abstract

The purpose of the text is to analyze the formation of the “Popular Front Alagoana” – coalition formed by the PSP and PTB to dispute the succession of government in 1955 - and its possible socio-political developments. The front’s candidate, Muniz Falcão, was marked by local historiography as a “populist”, charismatic and manipulative. However, the then governor during the election, the UDN’s member Arnon de Mello was always invoking “the people” in his speeches, even to defend the working class in an interview on the eve of the election. Who was the “populist”, anyway? And workers of Alagoas, were manipulated or just chose a candidate? The text seeks to show some notes on this issue through there ports of the **Jornal de Alagoas**, journal belong in to **Diários Associados**.

Keywords: Populism; Elections; Workers.

* Doutorando em História pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Mestre em História pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE).

Introdução

Enquanto cada representante do povo representa apenas este ou aquele partido, esta ou aquela cidade esta ou aquela cabeça de ponte, ou até mesmo a mera necessidade de eleger algum dos 750 candidatos, sem levar na devida consideração nem a causa nem o homem, ele [o presidente] é o eleito da nação e o ato de sua eleição é o trunfo que o povo soberano lança uma vez em cada quatro anos. (MARX, 2002, p. 38).

Para Francisco Weffort, as eleições são um importante elemento para a análise do período entre os anos de 1945 e 1964. “Por menos que se queira, este meio formal e limitado foi decisivo como forma de expressão política das massas populares.” (WEFFORT, 2003, p. 17). Não por menos, o dia 3 de outubro de 1955, uma segunda-feira, foi feriado nacional (IHGA, 1955).¹ O país escolhia seu novo presidente e vice e, em vários estados, os governadores. Após um concorrido, porém tranquilo dia de votação, começava a apuração. Pelo menos em Maceió, desde o início, o candidato ao governo pelo Partido Social Progressista (PSP), Sebastião Marinho Muniz Falcão, liderava a contagem. Nos dois primeiros dias de apuração na capital, o candidato do PSP possuía uma diferença de 3.837 votos em relação ao adversário da União Democrática Nacional (UDN), Afrânio Lages. A maior discrepância foi verificada na 3ª Zona: Muniz Falcão obteve 75% dos votos. Maceió possuía até então três zonas eleitorais e Muniz ganhou em todas.² No final das contas, a diferença final na capital foi de 7.425 votos para o candidato da oposição (IHGA, 1955, p. 6).³ – e essa superioridade mostrou-se essencial para a vitória.⁴

Naquele momento (primeira metade da década de 1950), Alagoas era um dos três estados do país nas mãos da UDN. O governador Arnon de Mello estava confiante na vitória de seus candidatos, afirmando em uma entrevista: “O voto que libertou

¹ “O Delegado Regional do Trabalho torna público que, sendo o próximo dia 3 de outubro, segunda-feira, feriado em todo território nacional, nos termos da Lei nº 2550, de 27/7/1955, é proibido o trabalho em todo o estado [...]”. INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE ALAGOAS. Feriado o dia 3 de outubro. **Jornal de Alagoas**. Maceió, 1 out. 1955. p. 6.

² Entre os vices a diferença era, até então, de 3.339 votos em favor dos trabalhistas. Cf. INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE ALAGOAS. Os resultados das apurações ontem realizadas em Maceió. **Jornal de Alagoas**. Maceió, 6 out. 1955. p. 6.

³ INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE ALAGOAS. Os vencedores da capital. **Jornal de Alagoas**, Maceió, 9 out. 1955. p. 6. O subtítulo da matéria era o seguinte: “O maceioense deu a João Goulart a maior votação”. Porém o candidato a governador teve 14.088 votos, enquanto Jango obteve 12.782 votos, ou seja, o maceioense deu, na verdade, a maior votação a Muniz Falcão.

⁴ No geral, das 37 cidades alagoanas com Zona Eleitoral, Muniz venceu apenas em 12 – e em quase todas com diferença inexpressiva. A superioridade na capital e em algumas localidades com grande quantidade de operários urbanos acabou sendo determinante para sua vitória.

Alagoas em 50 não irá escravizá-la agora”. Na sua avaliação, a vitória em 1950 foi a maneira encontrada pelo povo de condenar a gestão anterior “[...] pelos seus desatinos.”⁵ Dessa forma, esse mesmo povo não iria condená-lo “[...] pelo bom senso com que tenho me conduzido à frente do estado.” (IHGA, 1955, p. 6).⁶

No entanto, o povo o “condenou”. Juscelino Kubitschek e João Goulart derrotaram Juarez Távora e Milton Campos. O mesmo fez a dupla Muniz Falcão e Sizenando Nabuco (candidato a vice-governador pelo Partido Trabalhista Brasileiro) com Afrânio Lages e Antonio Mafra naquele sufrágio. Os trabalhistas também fizeram o prefeito de Maceió: Abelardo Pontes Lima atropelou os outros dois candidatos. O que aconteceu para tamanha derrota? Arnon de Mello era o governador, tinha dois (dos três) grandes jornais alagoanos ao seu lado, e havia derrotado a oposição no ano anterior nas eleições legislativas. A UDN conseguiu eleger dois senadores (para duas vagas), cinco deputados federais (nove vagas) e 16 deputados estaduais (35 vagas).⁷ Se os números são surpreendentes isoladamente, havia mais um elemento expressivo nessa vitória: em 1954, a oposição uniu-se em um único bloco, uma coligação formada por seis partidos: Partido Social Democrático (PSD), Partido Democrata Cristão (PDC), Partido Socialista Brasileiro (PSB), Partido Republicano (PR) e os já citados PSP e PTB.

Na ocasião, a UDN de Mello coligou-se apenas com o PTN, elegendo quatro deputados federais (todos da UDN) entre os cinco mais votados. Entretanto, o campeão das urnas de 1954 não era udenista: Muniz Falcão obteve 13.115 votos – alcançando uma diferença de 4.502 votos em relação ao segundo colocado, José Afonso Casado de Mello, primo de Arnon (TENÓRIO, 2007). Essa expressiva vitória fez de Muniz um líder quase incontestável do bloco oposicionista e abriu-lhe caminho para o Palácio Floriano Peixoto, sede do governo do estado.

Ex-delegado do Trabalho, Muniz Falcão era pernambucano e chegou a Alagoas por intermédio de Ismar de Góis Monteiro, quando este fora interventor do estado novista no começo dos anos 1940. Após idas e vindas, Muniz retornou ao estado, dessa vez por meio do irmão de Ismar, Silvestre Péricles, primeiro governador eleito após o fim da ditadura varguista. Muniz não ingressou no PSD (de Ismar), e sim no PTB – os

⁵ Esses “desatinos” teriam sido cometidos por Silvestre Péricles de Góis Monteiro, governador eleito em 1947 e espécie de padrinho político de Muniz Falcão. Cf.: Tenório (2007).

⁶ INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE ALAGOAS. O governador Arnon de Mello. **Jornal de Alagoas**, Maceió, 4 out. 1955. p. 6.

⁷ O Partido Trabalhista Nacional (PTN), coligado com a UDN, elegeu cinco deputados.

dois partidos criados sob a influência direta de Getúlio Vargas⁸ –, optando pouco depois pelo PST, partido formado em terras alagoanas sob inspiração de Silvestre Péricles. Mais adiante veremos que, desde o início das conversas acerca do candidato da oposição, Ismar vinha preterindo o nome de Muniz.

Pretendo analisar neste texto a formação da chamada “Frente Popular Alagoana” para a eleição de 1955 e seus desdobramentos sociopolíticos. Para tanto, utilizo como fonte o **Jornal de Alagoas**, fundado em 31 de maio de 1908 (um dos mais antigos em circulação até então) e componente da rede dos “Diários Associados”, do pessedista Assis Chateaubriand.⁹ Com seis páginas diárias, os temas relativos a Alagoas geralmente saíam na última. A capa era dedicada ao noticiário nacional, com raríssimas exceções¹⁰. Uma dessas exceções foi a notícia veiculando a desistência de Muniz Falcão em concorrer ao pleito de 1955. Entretanto, a divulgação de sua vitória saiu na última página.

O “aventureirismo” da oposição

É bem sabido que para as eleições presidenciais a composição partidária foi a seguinte: Juscelino Kubitschek e João Goulart formaram a chapa PSD-PTB, em uma aliança considerada desde o início como imbatível nas urnas, fortalecendo-se ainda mais com o legado de Getúlio Vargas (e igualmente fortalecendo esse mesmo legado); general Juarez Távora, líder militar antigetulista reunindo a UDN, o Partido Democrata Cristão (PDC), o Partido Socialista Brasileiro (PSB) e o Partido Libertador (PL), além de um grupo dissidente do PSD que não concordava com o suposto esquerdismo de

⁸ O PSD foi formado principalmente pelos antigos interventores do estado novistas, dirigindo os principais órgãos administrativos do Estado, mantendo e aumentando suas bases de clientela. Para Gomes e D’Araújo, o PSD era um partido “[...] eminentemente conservador” e sua missão era garantir uma transição para a democracia controlada e sem grandes mudanças no caminho político que o Brasil seguia. Já o PTB “[...] estava encarregado de veicular a proposta trabalhista de Vargas em termos partidários” (GOMES; D’ARAÚJO, 1989, p. 9).

⁹ Na década de 1950, Alagoas tinha três grandes jornais diários, além do citado **Jornal de Alagoas**: a **Gazeta de Alagoas**, de propriedade do governador (e jornalista) Arnon de Mello, e o **Diário de Alagoas**, ligado a Muniz Falcão. Meu objetivo não foi privilegiar o periódico supostamente neutro neste trabalho. Os outros dois jornais não estavam disponíveis para consulta nos arquivos alagoanos na época desta pesquisa. No caso da **Gazeta de Alagoas**, os anos de 1955 e 1956 estão em “tratamento” no Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas, não sendo possível a consulta. Na Biblioteca Nacional no Rio de Janeiro existem apenas algumas edições da **Gazeta de Alagoas**, mas nenhuma de 1954 ou 1955. Cf.: Moura (2014).

¹⁰ No domingo antes da eleição (2 de outubro de 1955), encontramos preenchendo toda a capa do jornal as fotos de Afrânio Lages e Antonio Mafra com os dizeres: “Votemos em Afrânio e Mafra, para que se mantenha a liberdade, a tranquilidade e o progresso da nossa terra”.

Kubitschek; Adhemar de Barros pelo PSP; por fim, Plínio Salgado saiu pelo PRP (FERREIRA, 2005).

Em Alagoas, as coisas foram um pouco diferentes. No entender dos oposicionistas, a coligação de 1954 foi vitoriosa. Seria natural repeti-la no ano seguinte. Também parecia natural para alguns a escolha de Muniz Falcão como candidato a governador do estado. Não foi tão simples assim.

Dois dos partidos mais fortes da oposição – PTB e PSP – começaram a se movimentar a partir de março de 1955. Ambos tencionavam repetir localmente a vitoriosa coligação de 1950: Getúlio Vargas (PTB) e Café Filho (PSP) para presidente e vice, respectivamente, ignorando a composição coqueluche do momento (PSD e PTB). Segundo o **Jornal de Alagoas**, Muniz Falcão anunciaria em breve o lançamento de sua candidatura. Com essa informação circulando pelas ruas, o periódico procurou Jorge Assunção, jornalista membro do Diretório Regional do PTB, 1º suplente de deputado estadual entre os trabalhistas e um dos aliados mais entusiasmados de Muniz Falcão: “A sua candidatura ao Governo de Alagoas nasceu da patriótica imposição do nosso povo, à qual não pode fugir, manifestada magnificamente através da verdadeira consagração que obteve nas urnas” no pleito de 1954. Além dele, outros membros do partido estavam empenhados e comprometidos com o nome de Muniz e não restavam dúvidas de que o PTB aceitaria formar uma chapa com o deputado do PSP, considerado por Assunção um “[...] grande parlamentar conterrâneo, **cujas sadias ligações com os nossos trabalhadores** são uma garantia de que o seu Governo tornará possível, em nosso Estado, a paz social por que lutamos nós trabalhistas.” (IHGA, 1955, p. 6 – grifos meus).¹¹ Mesmo antes de serem definidas as coligações, a classe trabalhadora já estava em disputa pelos futuros candidatos. Em 1955, essa disputa já não era mais uma novidade.

Para John French (1995), após vários anos de ditadura e sem eleições em todo país, 1945 trouxe uma conjuntura nova nesse aspecto: políticos ligados às elites oligárquicas, que dominaram o cenário político pré-1930, viram-se numa situação completamente atípica, com a explosão de eleitores nos centros urbanos, em especial os trabalhadores: se antes eram proibidos de participar do jogo eleitoral, agora formavam um bloco a ser considerado. Como se não bastasse, homens simples do povo não apenas podiam escolher seus representantes, mas também podiam ser escolhidos (FRENCH,

¹¹ INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE ALAGOAS. O Sr. Jorge Assunção confirma: em marcha a candidatura do deputado Muniz Falcão. **Jornal de Alagoas**, Maceió, 25 mar. 1955. p. 6.

1995, p. 96). A elite brasileira não se mostrou muito confortável com essa situação, em tamanha igualdade “[...] com membros das classes subalternas.” (SANTANA, 2001, p. 49).

Nessa nova conjuntura, Getúlio Vargas foi o primeiro a perceber o peso eleitoral dos trabalhadores e apoiou-se neles para “manter-se” no poder e alavancar seu partido recém-criado, o PTB. Vargas não foi buscar “no povo trabalhador” o sustentáculo de sua vida política apenas por questões ideológicas ou demagógicas. No final do Estado Novo, com a abertura política e a criação de novos partidos, ele se viu “[...] diante de inimigos espalhafatosos e de amigos duvidosos [...]” (FRENCH, 1995, p. 101), principalmente com a formação de um partido tão forte como o PSD.

O entusiasmo de Jorge Assunção era grande, mas não era gratuito. O que os trabalhistas iriam reivindicar para compor a coligação? Assunção não podia falar em nome do partido, estava apenas emitindo sua opinião: “[...] ao PTB caberá indicar o candidato a vice-governador e ter assegurada a sua participação no futuro governo [...]” – o próprio Assunção foi Secretário de Educação e Cultura nos três últimos anos do mandato de Falcão. O repórter faz sua última e pertinente pergunta: existia a possibilidade de um racha na oposição? O petebista estava bem convencido do contrário. “Se o povo aclama Muniz Falcão, se a opinião pública está ao lado do bravo companheiro, nada mais justo do que cerrar fileiras em torno do seu nome, porque falam mais alto os interesses de Alagoas”. Na sua avaliação, naquele momento não havia espaço para individualismos e rixas pessoais e a vitória era dada como certa.

O **Jornal de Alagoas** foi ouvir, também, o líder da bancada do PTB na Assembleia Legislativa de Alagoas, Abraão Fidélis de Moura, que igualmente não estava autorizado pelo PTB “a falar a respeito do futuro Governo de meu Estado”. Com um discurso mais defensivo e com menos entusiasmo do que Jorge Assunção, Fidélis comentou que o PTB não possuía ainda um candidato ao governo. Além disso, a Comissão Executiva do partido nem ao menos havia deliberado “para que o seu presidente entrasse em entendimento com outros partidos com esta finalidade”. Mas sobre Muniz ele podia falar: “Nada tenho a dizer contra a pessoa do **líder populista**, deputado Muniz Falcão, [...] que tem sabido desempenhar o seu mandato em benefício da coletividade alagoana.” (IHGA, 1955, p. 4 – grifos meus).¹²

¹² INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE ALAGOAS. O PTB ainda não tem candidato à sucessão. **Jornal de Alagoas**, Maceió, 26 mar. 1955. p. 4.

Ainda em março, Muniz “confirmou sua disposição de se candidatar ao governo alagoano, sob a legenda do PSP”. Embaralhando ainda mais o assunto, deixou a entender que as conversas com o PTB estavam bem adiantadas, confirmando Sizenando Nabuco como seu vice. O **Correio da Manhã** chamou a atenção para o fato de a candidatura de Muniz Falcão cindir a oposição alagoana, pois o PST, PSD e PR estariam negociando o lançamento da candidatura de outros nomes, como do senador pededista Ismar de Góis Monteiro. Para o **Correio**, caso se confirmasse a cisão, “[...] deverá ser fácil à [sic] vitória da UDN [...]”. (IHGA, 1955, p. 1).¹³ Pelo visto, o nome Muniz Falcão estava longe de ser uma unanimidade, ao mesmo tempo em que não deixava de ser atrativo para alguns setores oposicionistas.

O **Jornal de Alagoas** procurou o deputado federal Mendonça Braga, um dos que concordavam com a candidatura de Muniz:

A candidatura do deputado federal Muniz Falcão é uma candidatura de inspiração popular. A sua reeleição à Câmara Federal, sobrepujando a todos os candidatos, mesmo aqueles que tiveram o apoio direto do governador, é uma inequívoca demonstração da preferência do eleitorado pelo seu nome. (IHGA, 1955, p. 1).¹⁴

Para Braga, a oposição iria unir-se em torno do nome de Muniz Falcão, não havendo uma cisão do bloco. Segundo o deputado, os partidos oposicionistas deveriam compreender “o significado da hora em que estamos vivendo”. Questionado sobre as pretensões do PTB para o pleito que se aproximava, mostrou-se bem mais modesto que seu colega Jorge Assunção: “O PTB não reivindica postos. **Apenas deseja um candidato eminentemente popular que cumpra o seu programa mínimo para as classes trabalhadoras [...]**” (IHGA, 1955, p. 6 – grifos meus).¹⁵ Era o PTB, outra vez, citando os trabalhadores em nome de seu futuro candidato, buscando adequar-se aos “novos tempos”. Para John French (1995, p. 130), o PTB possuía outras características. “Inovador na escolha de seus temas, em seu público-alvo e em seu uso criativo do novo meio de comunicação, o rádio, o PTB ainda se fundamentava nas velhas técnicas de clientelismo burocrático para a construção de seu novo partido ‘popular’”. O PTB formou-se de funcionários do aparelho estatal, igualmente clientelistas, como os ex-

¹³ INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE ALAGOAS. Confirma o dep. Muniz Falcão a sua disposição de candidatar-se ao governo de Alagoas. **Jornal de Alagoas**, Maceió, 30 mar. 1955. p. 1.

¹⁴ INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE ALAGOAS. Confirma o dep. Muniz Falcão a sua disposição de candidatar-se ao governo de Alagoas. **Jornal de Alagoas**, Maceió, 30 mar. 1955. p. 1.

¹⁵ INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE ALAGOAS. A candidatura Muniz Falcão é uma candidatura de inspiração popular. **Jornal de Alagoas**, Maceió, 5 abr. 1955. p. 6.

interventores e funcionários públicos de cargos de prestígio do PSD, além dos burocráticos funcionários sindicais ligados ao corporativismo do sindicalismo oficial.¹⁶ Se a proposta era nova, as práticas eram antigas. Não por menos, os trabalhistas alagoanos, diluídos em três agremiações (PTB, PSP e PTN), eram dessa linhagem (o próprio Muniz Falcão foi delegado do Trabalho, o primeiro em Alagoas).

Em nível nacional, o suicídio de Getúlio Vargas ainda ecoava em forma de crise política pelo país um ano após o acontecimento. Segundo Jorge Ferreira (2005, p. 214-215), em agosto de 1955, a política nacional apresentava-se instável com a radicalização das propostas, tendo como centro o ex-presidente. De um lado os partidários varguistas, que enxergavam em Getúlio “[...] um líder nacionalista e reformador social”. O PTB institucionalizava esse grupo em torno de si por intermédio do trabalhismo: o governo devia intervir e planejar a economia, protegendo os interesses da nação diante dos ataques externos, em especial dos EUA. As reformas sociais também estavam pautadas na agenda do trabalhismo. De outro lado encontravam-se forças civis e militares, agrupadas em torno principalmente da UDN. Antivarguistas, eram radicalmente contrários ao recente passado político do país. No campo econômico e social, eram partidários do liberalismo e de uma relação mais próxima com as grandes potências capitalistas. Em Alagoas, não houve a invocação do nome de Getúlio Vargas. Nos discursos colhidos pelo **Jornal de Alagoas** durante a campanha, não houve citações ao ex-presidente.

Por fim, Muniz Falcão foi o escolhido para disputar o governo em uma reunião do Diretório Regional do PSP e a homologação ficou para a convenção estadual do partido. Contudo, a oposição ainda não havia sido procurada oficialmente pelo PSP para “referendar” seu nome. Algumas reuniões entre os partidos foram marcadas, no Rio de Janeiro e em Maceió, mas não chegaram a acontecer. Sem perder tempo, “[...] resolveu o PSP adiantar-se na escolha do candidato que ora anuncia”. Francisco Arlindo, vice-presidente do PSP, esperava contar com as demais agremiações nessa empreitada, pois, segundo ele, existia um curioso acerto da coligação que disputou a eleição no ano anterior: o candidato ao governo do estado em 1955 recairia “[...] sobre aquele que tivesse aglutinado maior votação.” (IHGA, 1955, p. 5).¹⁷

¹⁶ Cf. Delgado (1989).

¹⁷ INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE ALAGOAS. Muniz Falcão. Candidato do PSP à sucessão do governo do Estado. **Jornal de Alagoas**, Maceió, 19 abr. 1955. p. 5.

Diante disso, o **Jornal de Alagoas** conversou com Muniz. De início, o então deputado foi logo afirmando não ter “nenhuma influência direta” no processo de escolha de seu nome e sentia-se “muito honrado com o lançamento da candidatura”. Em relação à falta de entendimento entre os partidos, respondeu: “Entendo que a divisão poderia ser fatal às oposições coligadas. Como o PSP dirigiu a todas as agremiações aliadas uma consulta oficial a esse respeito, aguardo um pronunciamento dos outros partidos [...]”. A aliança com o PTB era dada como certa: as lideranças trabalhistas de Alagoas já tinham declarado o seu apoio ao candidato.

Ao final, o repórter perguntou ao deputado acerca de sua possível plataforma de campanha. Muniz começou falando, de forma vaga, sobre sua preocupação constante de solucionar os problemas de Alagoas na Câmara Federal, “procurando corresponder ao generoso acolhimento que tenho encontrado em todas as classes”. Caso viesse a ser vitorioso na eleição que se aproximava, afirmou que sua administração seria “por excelência progressista”, não entrando em mais detalhes. Apenas citou problemas mais gerais do estado, como transporte rodoviário, educação, saúde, agricultura e os latifúndios. Ao contrário das falas dos trabalhistas, Muniz não fez qualquer referência diretamente aos trabalhadores a não ser nesta passagem: “Quero lembrar a necessidade do reajustamento do funcionalismo civil e militar que recebe vencimentos ínfimos, em flagrante disparidade com os níveis de vida, de tal modo que mal chegam para atender as necessidades mais prementes.” (IHGA, 1955, p. 4-6).¹⁸

O PSD, que até então não havia interferido muito no debate nem sido consultado diretamente, resolveu participar. Ficamos sabendo que em uma reunião contando com a presença de líderes da oposição alagoana, Muniz Falcão desistiu de sua candidatura, cedendo a vez para o petebista Ari Pitombo. Para o senador Ismar de Góis Monteiro, Muniz era um nome forte em Alagoas, “[...] mas não congregava todas as forças da oposição”. De acordo com o líder pessedista, uma aliança com o PSP colocaria o partido em um dilema estratégico e bem oportunista: apoiar o ascendente Muniz ou a consolidada UDN de Arnon de Mello? No seu entender, um bloco oposicionista sólido era o caminho da vitória. “Entretanto, se todos os partidos o apoiassem, ele [Ismar] também ficaria como candidato”. Os trabalhistas, ao contrário, mantiveram sua posição. “Ary Pitombo defendeu a candidatura do deputado Muniz Falcão: teria ele o apoio do PTB”. Por fim, Muniz se esquivou, afirmando não ter ambições políticas, tampouco era

¹⁸ INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE ALAGOAS. Muniz Falcão: considero intacto, ainda, o espírito da coligação. **Jornal de Alagoas**, Maceió, 23 abr. 1955. p. 4-6.

sua intenção impor seu nome como candidato, pois não desejava a cisão da coligação oposicionista, muito menos por sua causa. Como o nome foi vetado, desistia da candidatura, indicando Ari Pitombo. Ismar e Ezequias da Rocha (também do PSD) viram-se obrigados a “adiar a deliberação para consultar os diretórios”. Mas isso não era tudo.

O Sr. Adhemar de Barros formulou um apelo ao deputado Muniz Falcão no sentido de que desista de concorrer ao governo de Alagoas, no que teria sido atendido. Os oposicionistas alagoanos fixavam-se no nome do deputado Ari Pitombo, condicionando-o, porém, à consulta aos respectivos diretórios estaduais. (IHGA, 1955, p. 1).¹⁹

Esse fato mais parecia uma manobra dos pessedistas e seu periódico em solapar o nome de Muniz Falcão. Por exemplo, na primeira metade dos anos 1940, o jornal estado novista, **A Notícia**, deu muito destaque a Ari Pitombo – então diretor do Instituto da Previdência e Assistência dos Servidores do Estado (IPASE) – e apenas algumas poucas reportagens ou citações sobre Muniz Falcão – delegado do Trabalho. Em outras palavras, não era novidade o desentendimento de Ismar de Góis Monteiro com candidato a governador.

Porém, em menos de uma semana, mais um revés. Eis o conteúdo de um telegrama de Muniz Falcão e Ari Pitombo enviado à Sizenando Nabuco e Francisco Arlindo:

Esgotados todos os recursos para que fossem escolhidos candidatos comuns das oposições coligadas para o próximo pleito, mas diante do egoísmo de uns e incompreensões de outros, decidimos aceitar a formação da Frente Popular Alagoana para disputar a eleição para governador, vice-governador e prefeito de Maceió. Com esta orientação, sugerimos aos nossos dedicados correligionários e amigos a seguinte chapa: para governador Muniz Falcão e para vice-governador Sizenando Nabuco. A escolha para prefeito, desejamos que os nossos partidos [PTB e PST] se reúnam escolhendo o nome que encontre a melhor receptividade no eleitorado de Maceió. Com o pensamento voltado para Deus e para a felicidade do nosso tão sacrificado povo, marchamos unidos para a luta na certeza de que o nosso gesto abrirá mais uma página na história política alagoana, com a vitória que coroará o nosso sacrifício e a nossa bravura cívica. (IHGA, 1955, p. 1).²⁰

Muniz Falcão ainda nutria esperanças de que os outros partidos da oposição se juntassem à “Frente Popular Alagoana” formada apenas pelo PTB e PSP, “[...] num

¹⁹ INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE ALAGOAS. Em favor do dep. Ary Pitombo, desiste Muniz Falcão de candidatar-se ao Governo de Alagoas. **Jornal de Alagoas**, Maceió, 28 mai. 1955. p. 1.

²⁰ INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE ALAGOAS. Frente Popular Alagoana com Muniz Falcão como candidato à sucessão governamental. **Jornal de Alagoas**, Maceió, 2 jun. 1955. p. 1.

magnífico movimento **de libertação do povo alagoano**. Atitude diferente seria suicídio injustificado”. O candidato criticou os membros das outras agremiações, condenando a divisão “[...] por simples interesses pessoais”, e acreditando que a desunião do bloco oposicionista só levaria à derrota. No seu entender, não existiam razões para setores da oposição serem “[...] contra minha candidatura”, pois o seu nome surgiu “[...] como uma imposição **das camadas populares, das massas humildes** às quais jamais faltei, nem faltarei. **Antes de ser candidato de partidos, já o era do povo, sem distinção de categorias sociais.**” (IHGA, 1955, p. 1 – grifos meus).²¹ No entanto, não vimos as “camadas populares” em momento algum sendo consultadas. Sua candidatura surgiu por meio de reuniões de cúpula de dois partidos que nem ao menos se entenderam com o restante da oposição. A cisão entre as agremiações oposicionistas parecia inevitável.

O líder do PSD alagoano concedeu uma entrevista ao **Jornal de Alagoas** sobre a “Frente Popular Alagoana”. Segundo Ismar de Góis Monteiro, seu partido sempre buscou honrar os compromissos firmados pela coligação oposicionista, parcialmente vitoriosa em 1954. No entanto, considerava a candidatura de Muniz Falcão uma imposição do PSP, não fazendo jus aos “compromissos” da coligação. “Jamais concordamos com essa imposição, procurando sempre um denominador comum”. Sua entrevista revela outros detalhes além de rugas antigas. Seu nome foi indicado pelo PSD para disputar o cargo e Ismar estava inclinado a aceitar, declarando “inúmeras vezes que não seria empecilho a um entendimento que resultasse na candidatura única”. Revelou ter se encontrado com Muniz Falcão no Rio de Janeiro, buscando “num último esforço, a solução que todos nós desejamos”. Eis as pretensões do PSD:

Certo de que subsistindo dois candidatos de oposição, a derrota seria inevitável, propus-lhe [a Muniz] a seguinte preliminar que resultaria na retirada do meu ou do seu nome: o PSD apresentaria determinadas condições de ordem política, administrativa e partidária para a retirada do meu nome. Se essas condições não fossem aceitas pelo deputado Muniz Falcão, eu as aceitaria, retirando o candidato pessepista a sua candidatura. Como se vê, nada mais justo e equitativo. O deputado Muniz Falcão tinha ainda a vantagem de escolher em primeiro lugar. (IHGA, 1955, p. 3).²²

O repórter indagou Ismar sobre essas “determinadas condições” e o senador citou quatro: a polícia seria apenas mantedora da ordem e não um braço armado dos

²¹ INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE ALAGOAS. Acredita Muniz na união de todos os partidos da oposição em torno de sua candidatura. **Jornal de Alagoas**, Maceió, 5 jun. 1955. p. 1-3.

²² INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE ALAGOAS. Acredita Muniz na união de todos os partidos da oposição em torno de sua candidatura. **Jornal de Alagoas**, Maceió, 5 jun. 1955. p. 1-3.

coronéis do interior alagoano; a Secretaria do Interior funcionaria como se deve, realizando as tarefas que lhes são cabíveis, não servindo de “órgão auxiliar” dos grandes partidos; “[...] liberdade ampla para todos os partidos”; e o PSD, como (suposto) partido mais forte da coligação, teria o candidato a vice-governador, é claro. Muniz Falcão, Ari Pitombo e Sizenando Nabuco não aceitaram a proposta, bastante prejudicial ao PTB, lançando candidatura própria. Ismar então decretou: “Essa derrota será imposta não às oposições alagoanas, visto que o PSD, o PSB e o PR não concordaram com o aventureirismo de certo grupo PSP-PTB.” As críticas do líder pessedista aos seus antigos aliados demonstra a fragilidade organizacional dos partidos no Brasil. Francisco Weffort (2003), por exemplo, considerava “desnecessário discorrer” com mais detalhes “sobre a manifesta incapacidade de penetração popular dos partidos.” Para o autor, nesse contexto, “[...] na ausência de partidos eficientes, o sufrágio tende a transformar a relação política numa **relação entre indivíduos.**” (WEFFORT, 2003, p. 18 – grifos do autor). John French (1995, p. 197) segue outro caminho. Para o autor, os embates e conflitos entre as várias facções trabalhistas (PTB, PTN e até mesmo PSP) possuíam “[...] pouca importância em nível popular”, até porque os partidos formaram-se a partir de um eixo comum. Alagoas não fugia à regra: os trabalhistas do estado circularam entre esses partidos ao longo dos anos.

Diante da cisão, Ismar descortinou seu partido: “O PSD liberto de compromissos, poderá tomar o rumo que melhor atender aos seus próprios interesses.” (IHGA, 1955, p. 5-6).²³ Isso ficou ainda mais claro nas vésperas da eleição. Jogando mais lenha na fogueira, o PSD alagoano publicou uma nota curta, ainda sobre o racha do bloco oposicionista.

O texto inicia deixando claro o fato de o PSD não ter medido “[...] sacrifício para esse fim”: a escolha de um candidato de oposição único, “[...] escolhido e apoiado pela unidade dos partidos coligados”. Na avaliação do partido, o acordo “[...] foi deslealmente quebrado” por “[...] uma manobra antipolítica de grupos”, amplamente conhecida e encorajada por alguns membros de outros partidos “[...] a revelia dos demais”, possuindo a manobra um caráter “[...] arrivista e aventureiro.” (IHGA, 1955, p. 5-6).²⁴ Sendo assim, o PSD considerou a coligação sem qualquer fundamento. Após

²³ INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE ALAGOAS. Prevê o Cel. Ismar a derrota da candidatura Muniz Falcão. **Jornal de Alagoas**, Maceió, 20 ago. 1955. p. 5-6.

²⁴ INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE ALAGOAS. Prevê o Cel. Ismar a derrota da candidatura Muniz Falcão. **Jornal de Alagoas**, Maceió, 20 ago. 1955. p. 5-6.

analisar a conjuntura política do momento e os seus antecedentes, o PSD finaliza a nota com estas três resoluções contraditórias e autoritárias:

- I – Não convocar a Convenção Regional para apoio oficial a qualquer dos candidatos apresentados;
- II – Continuar na linha de oposição ao atual Governo do Estado e a seu governador;
- III – Com o fim de esclarecer o eleitorado e não podendo omitir-se em assunto de tanta relevância, recomendar os nomes dos Drs. Afrânio Lages e Antônio Mario Mafra como cidadãos merecedores de maior confiança e melhores qualidades para os cargos de governador e vice-governador do Estado. (IHGA, 1955, p. 6).²⁵

Situação bastante complicada. Primeiro por não convocar seus membros para deliberar sobre a quem apoiar no pleito vindouro, ao mesmo tempo em que o(s) principal(is) dirigente(s) faz(em) exatamente isso por meio de uma nota à imprensa. Segundo porque o PSD fez oposição ao governador Arnon de Mello no pleito de 1954, após ser preterido na administração do estado²⁶. No ano seguinte, iria votar nos candidatos da UDN ao governo. Se os pessedistas guardavam algum rancor da complicada coligação de 1950, esqueceram rapidamente por rancores ainda mais antigos, rachando o bloco oposicionista. Por que não apoiaram a “Frente Popular Alagoana”?

Ao fim e ao cabo, Muniz Falcão foi eleito governador com uma diferença, no cômputo geral, de pouco mais de 3.500 votos em relação a Afrânio Lages. Maceió (cuja diferença entre os dois candidatos, como vimos, foi de quase 7.500) possuía cerca de 20% dos votantes de Alagoas em 1955 e ainda teve uma abstenção de mais de 50% na contagem final (IHGA, 1955, p. 9-10).²⁷ Na cidade de Rio Largo, por exemplo, a diferença chegou aos 2.000 votos de vantagem para a “Frente Popular Alagoana”, tanto para governador quanto para vice.

²⁵ INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE ALAGOAS. Nota do PSD. **Jornal de Alagoas**, Maceió, 1 out. 1955. p. 6.

²⁶ Arnon era considerado personalista e centralizador, deixando o PSD à margem de seu governo. “A UDN chegou à vitória em 50 com o apoio do PSD, o qual havia indicado o candidato a vice-governador [...]” (TENÓRIO, 2007, p. 120).

²⁷ INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE ALAGOAS. Alagoas. **Diário Oficial do Estado de Alagoas**. Maceió, 26 out. 1955. p. 9-10.

A inspiração popular

O “populismo”, como noção para explicar a política brasileira de 1930 a 1964, tornou-se uma das mais bem-sucedidas imagens que se firmaram nas Ciências Humanas no Brasil. O ano de 1930 seria o início do “populismo na política brasileira”; 1945 marcaria rearranjos institucionais que teriam permitido a sua continuidade na experiência democrática; 1964, finalmente, significaria o seu colapso. (FERREIRA, 2001a, p. 7).

Segundo Jorge Ferreira (2001b, p. 115), a noção de “populismo” como “[...] conhecemos hoje” é aquela ideia básica de manipulação e cooptação da classe trabalhadora por líderes políticos carismáticos, muitas vezes ligados de alguma forma ao ex-presidente Getúlio Vargas, principalmente durante o chamado período democrático (1945-1964). Entretanto, o autor lembra-nos que “populista” era uma palavra que já existia “[...] no vocabulário político entre 1945 e 1964, mas muito raramente era utilizado. E quando era pronunciada, tinha um significado bastante diferente do que conhecemos hoje.” (FERREIRA, 2001b, p. 115). Não por menos, o que encontramos nas fontes é justamente essa noção mais antiga de populismo apresentada por Ferreira. Em algumas passagens vemos o termo ser evocado pelos partidários do candidato Muniz Falcão, com o intuito de elogiá-lo.

Ainda segundo Ferreira (2001a, p. 7), o cerne do populismo é explicar (ou responder) porque os trabalhadores apoiaram Getúlio Vargas em plena ditadura do Estado Novo, depois votando em seus candidatos (sobretudo do PTB). A resposta mais divulgada é a manipulação dos trabalhadores, iludidos e desviados de seu caminho ideal.

Para vários autores²⁸, os dois principais teóricos da ideia “moderna” de “populismo” foram os argentinos Gino Germani e Torcuato Di Tella. Para Germani (1973, p. 77-78), as transformações sociais de sua época (década de 1960) estavam bem mais aceleradas do que as do século anterior. Até o século XIX, as transformações eram mais lentas temporalmente e pouco diversificadas espacialmente, sendo nas cidades as modificações mais ágeis e frequentes, enquanto no campo demoravam mais, quando mudavam. Essa “dicotomia” é radicalmente diminuída em meados do século XX.

Ainda segundo o autor, naquelas sociedades em que o processo de urbanização e industrialização foi mais tardio, como no caso do Brasil, e que as massas populares (“**ou grandes setores das mesmas**”) adquiriram também tardiamente força política, foi

²⁸ Cf. Ferreira (2001a).

reproduzida uma “[...] **acentuação autoritária e nacionalista das formulações de esquerda ou então o surgimento de movimentos nacionalistas autoritários (classificáveis para a direita)** [...]” (GERMANI, 1973, p. 150 – grifos do autor), com características coletivistas ou socialistas nos campos social e econômico, principalmente.

Por seu turno, Di Tella (1969, p. 13) apresenta quatro características dos problemas essenciais dos países latino-americanos depois de suas independências. A última delas diz respeito à destruição causada pelas guerras, acarretando desempregos entre os “setores artesanais”. Isso gerou uma massa altamente mobilizada, mas desprovida de organização. Nesse contexto, entra o líder carismático e demagogo, pois a massa era “[...] uma permanente incógnita política, facilmente manipulável por demagogos de qualquer orientação.”

No Brasil, um dos primeiros sociólogos a analisar os anos entre 1945 e 1964, sob essa perspectiva, foi Octavio Ianni (1987). Para o autor, a política de massas é uma parte crucial do desenvolvimento industrial, pois a “[...] combinação dos interesses econômicos e políticos do proletariado, classe média e burguesia industrial é um elemento importante do período getuliano.” (IANNI, 1987, p. 55). Essa junção de interesses visava o crescimento industrial do país, ao mesmo tempo em que o Estado, por meio de algumas instâncias, garantia o acesso dos trabalhadores à parte do poder.

Ainda que não cite direta ou indiretamente os três autores acima, é essa a noção de populismo apresentada por Douglas Tenório (2007): uma aliança desigual entre uma massa manipulada (os trabalhadores urbanos) e um líder carismático (Muniz Falcão). Essa ideia não é sequer discutida em seu texto, é apenas apresentada como tal.

O carisma de Muniz é um fator importante na análise dos acontecimentos políticos ocorridos em Alagoas, mas não pode ser entendido como fator exclusivo para a compreensão do fenômeno populista local. Assim, como já foi sublinhado por Francisco Weffort, o fenômeno populista corresponde a uma manipulação das massas por parte do líder, mas também corresponde a uma satisfação de aspirações longamente acalentadas. Dessa maneira, o líder populista, em geral dotado de forte dose de carisma, ao mesmo tempo em que procura manipular as massas para que elas se enquadrem dentro dos limites por ele impostos, também ativa mecanismos de satisfação de velhas aspirações; um exemplo é a legislação social dos trabalhadores implantada no período getulista. (TENÓRIO, 2007, p. 21).²⁹

²⁹ Mesmo sem deixar mais explícito, Tenório está fazendo referência à ideia de aliança de classes proposta por Weffort e depois descartada pelo sociólogo. Cf. Duarte e Fontes (2004); Fontes (2008) e Leal (2011).

Em suas pesquisas sobre a capital paulista, Adriano Duarte e Paulo Fontes (2004, p. 90) indicam que o ex-governador Adhemar de Barros (criador do PSP de Muniz Falcão) foi um dos políticos tradicionais, oriundos da viciada máquina política do Estado Novo, a perceber “claramente” as mudanças pós-1945. Sobretudo no campo eleitoral, ao enxergar nas periferias e bairros operários de São Paulo um contingente enorme de novos eleitores, passando a cortejá-los. Ainda nessa perspectiva, John French (1995), ao estudar o ABC paulista dos anos 1930 e 1940, destaca “a nova realidade eleitoral” da região, “[...] perfeitamente capaz de transformar os políticos de base urbana, até mesmo os de um partido eminentemente antipopulista” como a UDN. Para o caso do “populismo”, o autor alerta que “[...] os historiadores têm associado o populismo exclusivamente aos adversários da UDN, como Getúlio Vargas e Adhemar de Barros”, trazendo à tona a importância de pesquisas sobre sufrágios nesse período: “[...] em áreas industriais urbanas como Santo André, os seguidores de um partido tradicionalmente elitista, que condenava as estratégias populistas, foram obrigados a cortejar os eleitores da classe operária para não serem derrotados”. (FRENCH, 1995, p. 250-251).

Até agora, só em uma única ocasião vimos Muniz Falcão falar sobre os trabalhadores (do funcionalismo público). Entretanto, quando concedeu uma entrevista ao **Jornal de Alagoas**, Arnon de Mello estava percorrendo algumas seções eleitorais. Até aquele momento, já havia visitado os bairros do Bom Parto, Bebedouro, Tabuleiro dos Martins, Ponta Grossa, Fernão Velho e a cidade de Rio Largo (IHGA, 1955, p. 5-6).³⁰ A campanha de Afrânio Lages foi encerrada com dois comícios no dia 1º de outubro, sendo um em Rio Largo e o outro em Fernão Velho (IHGA, 1955, p. 6).³¹ Qual o significado disso?

Circunvizinha a Maceió, Rio Largo possuía duas grandes fábricas têxteis. No final da década de 1940 havia por lá um grande diretório do Partido Comunista do Brasil (PCB), com duas células e aproximadamente 180 comunistas filiados, segundo números da polícia política (ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE

³⁰ INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE ALAGOAS. O governador Arnon de Mello. **Jornal de Alagoas**, Maceió, 4 out. 1955. p. 5-6.

³¹ INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE ALAGOAS. Declaração às últimas horas das eleições. **Jornal de Alagoas**. Maceió, 2 out. 1955. p. 6. Infelizmente, não há mais detalhes sobre os comícios.

JANEIRO, 1951, f. 26).³² Já no bairro maceioense de Fernão Velho ficava localizada uma das maiores fábricas têxteis de Alagoas, com o maior contingente de operários urbanos do estado e constante movimentação de comunistas em suas ruas (e na própria fábrica). Os outros bairros de Maceió visitados por Arnon também eram redutos operários: no Bom Parto localizava-se outra indústria têxtil, a Fábrica Alexandria; Bebedouro, Tabuleiro dos Martins (periféricos) e Ponta Grossa (central) eram típicos locais de moradia dos filhos do trabalho (MOURA, 2012).

Arnon de Mello, falando mais uma vez ao **Jornal de Alagoas**, dessa vez sobre o candidato a presidente Juarez Távora e de sua plataforma de campanha, disse o seguinte:

Defende ele [Juarez] ainda o cumprimento imediato do dispositivo constitucional, que assegura a participação dos operários nos lucros das empresas. Evidentemente, o lucro não é apenas produto do capital, mas, também, do trabalho. A participação dos operários nos lucros das empresas é, pois, medida de justiça social. Conhecendo bem Juarez o drama das famílias numerosas e pobres, cujos chefes recebem salários de acordo com a sua capacidade de produção e não de acordo com as suas necessidades, pleiteia ele a instituição de um novo abono de família, que lhe assegure para cada filho recursos substanciais a fim de poder alimentá-los e educá-los. (IHGA, 1955, p. 4).³³

Quando entrevistou o senador Ismar de Góis Monteiro, o repórter do **Jornal de Alagoas** perguntou sobre o clima eleitoral na capital, principalmente sobre o candidato a prefeito de Maceió, o médico Sebastião da Hora: “Sua candidatura, o que tudo indica, será apresentada pelo PSD, PSB e PR [...]” (IHGA, 1955, p. 5).³⁴ Membro do PCB desde os anos 1930, Sebastião da Hora ajudou a fundar em Alagoas a Aliança Nacional Libertadora (ANL) em 1935. Foi preso por conta de seu envolvimento com a mesma ANL e possível contribuição ao movimento de 1935. Sua campanha ocupou bastante o PCB, como relembra o operário sindicalista e militante comunista, Rubens Colaço, em seu depoimento: “O partido deu a carga que podia dar. O jornal **A Voz do Povo**, em plena atividade, contribuindo também; todos os militantes empenhados na campanha”. Para Colaço, a derrota se deu por conta da burguesia alagoana, que “[...] se encarregou de sacanear contra ele, embora fosse estimadíssimo. Uma coisa era o médico, o homem

³² ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. **Fundo: DOPS**. Informação. D. Estados 02 – Alagoas, Cx. 605, fl.26, 1951.

³³ INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE ALAGOAS. O governador dirige-se aos alagoanos. **Jornal de Alagoas**, Maceió, 1 out. 1955. p. 4.

³⁴ INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE ALAGOAS. Prevê o Cel. Ismar a derrota da candidatura Muniz Falcão. **Jornal de Alagoas**, Maceió, 20 ago. 1955. p. 5-6.

de propósitos. Outra coisa era o comunista. Então foi fácil, era só atirar pedras contra o Sebastião da Hora.” (MAJELLA, 2010, p. 50).

No entanto, o PCB focou-se, também, na mudança do Executivo. Em junho de 1955, **A Voz do Povo** (periódico oficial do partido em Alagoas) criticava ferozmente o candidato de Arnon de Mello para o governo do estado. Segundo o jornal, Afrânio Lages, além de fascista (por suas ligações passadas com o integralismo), era o candidato dos interesses norte-americanos, como também representava “[...] uma continuação do atual estado de violência e miséria.” (ARQUIVO PÚBLICO DE ALAGOAS, 1955, p. 1).³⁵ Infelizmente, nas poucas edições ainda existentes do jornal, não temos os comunistas fazendo referência alguma ao candidato da “Frente Popular Alagoana”.

Na historiografia alagoana, Muniz Falcão ficou marcado como um político “populista”, carismático e manipulador das massas. Mas afinal, dentro desses termos, quem era “populista” em Alagoas? Só havia um “manipulador de massas” esbanjando carisma? Os dois lados, Arnon e Muniz, tinham em comum uma insistente “busca pelo povo” (SALDANHA, 2010). Nos discursos de ambos, o povo é mencionado constantemente, quase na mesma proporção em que é vitimizado pelo outro, pelo passado. Arnon e Muniz dirigiam-se ao povo, aos mais humildes, os mais necessitados, as vítimas de um passado recente.

Pelo menos ao **Jornal de Alagoas**, Muniz Falcão raramente citou os trabalhadores diretamente (porém, sua ligação com a classe está sempre presente nos discursos de seus correligionários e dos próprios trabalhadores), sempre fazendo referências ao “povo” de maneira geral. Seria uma estratégia para lidar com um órgão voltado para as elites do estado (urbanas e rurais)? Por outro lado, Arnon de Mello fez uma defesa acalorada da classe operária, utilizando-se de uma linguagem mais comum ao meio ao sindical e tradicionalmente de esquerda – isso sem falar no PSD e seu candidato comunista à prefeitura de Maceió. Isso demonstra, no mínimo, a importância e o peso político-eleitoral da classe trabalhadora naquele momento, conforme indica John French: estava sendo cortejada até mesmo pela direita anti-getulista.

Os resultados das urnas em Maceió e Rio Largo (cidades com o maior número de operários de Alagoas) devem ser analisados com mais cuidado, inclusive por meio da pesquisa por seções eleitorais. Por exemplo: no início do texto, mostrei a diferença de votos entre Muniz e Afrânio Lages na 3ª Zona, formada por bairros periféricos que,

³⁵ ARQUIVO PÚBLICO DE ALAGOAS. Arnon escolhe um fascista para governador. **A Voz do Povo**, Maceió, 11 jun. 1955. p. 1.

desde o início do século XX, eram habitados por trabalhadores (aqueles mesmos bairros visitados por Arnon). Já na 5ª e 6ª seções da 2ª Zona, ambas localizadas em Jaraguá (região portuária de Maceió), Muniz Falcão ganhou com ampla margem de Afrânio Lages.³⁶

Quase dois anos depois, o governador enfrentava uma grave crise política – resultando no pedido de *impeachment* (TENÓRIO, 2007). Em meados de junho de 1957, vários líderes operários foram ao seu gabinete apresentar “a sua solidariedade” perante os ataques feitos pelo jornal **Gazeta de Alagoas**, de Arnon de Mello. Entre um dos que falaram naquela ocasião, estava Lauro Martins, presidente da Associação dos Marítimos Aposentados (ARQUIVO PÚBLICO DE ALAGOAS, 1957, p. 1).³⁷ No ano seguinte, os arrumadores do Porto de Maceió foram até o Palácio Floriano Peixoto levar o regulamento do contrato de trabalho da categoria no Rio de Janeiro, visando à aplicabilidade desse regulamento em Maceió. “Após estes entendimentos, o Chefe do Executivo manteve cordial palestra com a comissão dos arrumadores de Maceió, reafirmando os fortes laços de amizade que sempre existiram entre o Governador e toda aquela ordeira e laboriosa classe.” (ARQUIVO PÚBLICO DE ALAGOAS, 1958, p. 1).³⁸ Uma nova diretoria do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Fiação e Tecelagem de Fernão Velho seria empossada em uma reunião no dia 14 de abril de 1956. Um operário fez “[...] referências elogiosas ao governador do estado, Dr. Muniz Falcão, afirmando que ele muito poderá fazer pela classe operária, **em retribuição à confiança nele depositada pelos trabalhadores.**” (SINDICATO DOS TRABALHADORES NA INDÚSTRIA TÊXTIL DE FERNÃO VELHO, 1956 – grifos meus).³⁹ Esses são apenas alguns exemplos de aproximação entre os trabalhadores e o governador, mas por parte dos operários.

Antonio Luigi Negro (2005) é um dos que rebatem a concepção clássica do “populismo”, negando a ideia de um controle sobre os operários por parte de indivíduos ou grupos políticos.

³⁶ Na 5ª seção Muniz terminou com 131 votos e Afrânio com 35. Na 6ª Muniz teve 147 votos contra 50 de Afrânio. Cf. INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE ALAGOAS. 3.112 votos nulos e em branco na segunda zona. **Jornal de Alagoas**, Maceió, 12 out. 1955. p. 5.

³⁷ ARQUIVO PÚBLICO DE ALAGOAS. Solidariedade dos operários ao Gov. Muniz Falcão. **Diário de Alagoas**. Maceió, 26 jun. 1957. p. 1.

³⁸ ARQUIVO PÚBLICO DE ALAGOAS. Os arrumadores do porto estiveram com o Governo. **Diário de Alagoas**, Maceió, 27 abr. 1958. p. 1.

³⁹ SINDICATO DOS TRABALHADORES NA INDÚSTRIA TÊXTIL DE FERNÃO VELHO. **Livro de Atas**. Maceió: STITFV, 14/04/1956.

É enganoso relatar os trabalhadores como uma gente manobrada pelas manobras do palanque populista, pelas diretrizes do PCB ou pela rede multinacional do nacional-desenvolvimentismo. Arregimentados, também se apresentavam espontaneamente – e, nos dois casos, não eram massas de modelagem. (NEGRO, 2005, p. 426).

Para Negro (2004, p. 17), o conceito de populismo baseia-se também em um preconceito contra os trabalhadores, no qual são apresentados como “[...] uma massa débil e maleável, ou cúmplices de um jogo cínico e excludente”. Ainda assim – e ao contrário de algumas tendências historiográficas –, não descarta o uso do termo, e propõe uma análise a partir de experiências históricas, e não de modelos pré-definidos (NEGRO, 2004, p. 21). Duarte e Fontes seguem essa mesma linha, pensando “[...] os trabalhadores como sujeitos da história que agem e efetivam escolhas num determinado campo de pressões e contrapressões.” (DUARTE; FONTES, 2004, p. 113-114).

Outra proposta muito em voga é substituir o termo “populismo” por “trabalhismo”, mais com o intuito de valorizar o papel do PTB na política brasileira entre 1945 e 1964 do que de fato discutir o conceito em si (DEMIER, 2014, p. 126). Como o primeiro termo não explicaria nada (FERREIRA, 2001b), o segundo possuiria mais elementos e fundamentos para entendermos vários aspectos da “República populista”.

Antonio Negro, mais uma vez, é um dos que discorda dessa ideia. Para o autor, a “substituição” termina por “[...] limitar-se apenas ao universo abrangido pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e pelos sindicatos. Mesmo que seja alargado [...], o ancoramento na especificidade histórica há de levar em conta interfaces comparativas.” (NEGRO, 2004, p. 18). Para Marcelo Badaró Mattos (2003, p. 27), a simples mudança de termos termina por “[...] gerar a troca de um reducionismo por outro [...]”, substituindo-se “[...] a classe trabalhadora inconsciente e manipulada pelo Estado representado nas lideranças carismáticas, para entrarem em cena trabalhadores conscientes e satisfeitos com a política trabalhista empreendida por políticos efetivamente populares e de esquerda.”

Duarte e Fontes (2004) igualmente descartam a mudança. “A vida política em São Paulo entre as décadas de 30 e 60 do século XX é incompreensível tomando-se o trabalhismo como chave explicativa.” (DUARTE; FONTES, 2004, p. 116). A razão é simples: “No Estado mais industrializado do país e com a maior classe operária urbana, as mais populares lideranças políticas, Adhemar de Barros e Jânio Quadros, construíram

suas carreiras por fora do chamado pacto trabalhista, embora flertassem ambigualmente com ele.” (DUARTE; FONTES, 2004, p. 116).

Em Alagoas, a pesquisa por esse viés está crescendo, mas ainda é incipiente. Outras fontes precisam ser analisadas, a bibliografia revista, colocando em prática a mudança de enfoque, com a passagem do estudo das lideranças para o estudo da base, tudo em busca de novas abordagens para tratar do assunto. Até o momento, não há qualquer indicação de que o termo “trabalhismo” possa ser aplicado com alguma consistência para o caso alagoano, visto que os maiores êxitos eleitorais do PTB foram a prefeitura de Maceió, com membros sem muita fidelidade partidária. Além do mais, é preciso questionar o “populismo” de Muniz Falcão e a atuação política de Arnon de Mello junto aos trabalhadores urbanos.

Tentei neste texto esboçar uma leitura diferente do pouco que já existe acerca do período no estado. Se até a UDN alagoana percebeu a ascensão e importância política dos trabalhadores, não cabe aos pesquisadores locais ignorá-los.

REFERÊNCIAS

Fontes primárias

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. **Fundo: DOPS.** Informação. D. Estados 02 – Alagoas, Cx. 605, fl.26, 1951.

ARQUIVO PÚBLICO DE ALAGOAS. Arnon escolhe um fascista para governador. **A Voz do Povo**, Maceió, 11 jun. 1955. p. 1.

ARQUIVO PÚBLICO DE ALAGOAS. Solidariedade dos operários ao Gov. Muniz Falcão. **Diário de Alagoas**. Maceió, 26 jun. 1957. p. 1.

ARQUIVO PÚBLICO DE ALAGOAS. Os arrumadores do porto estiveram com o Governo. **Diário de Alagoas**, Maceió, 27 abr. 1958. p. 1.

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE ALAGOAS. O Sr. Jorge Assunção confirma: em marcha a candidatura do deputado Muniz Falcão. **Jornal de Alagoas**, Maceió, 25 mar. 1955. p. 6.

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE ALAGOAS. O PTB ainda não tem candidato à sucessão. **Jornal de Alagoas**, Maceió, 26 mar. 1955. p. 4.

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE ALAGOAS. Confirma o dep. Muniz Falcão a sua disposição de candidatar-se ao governo de Alagoas. **Jornal de Alagoas**, Maceió, 30 mar. 1955. p. 1.

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE ALAGOAS. A candidatura Muniz Falcão é uma candidatura de inspiração popular. **Jornal de Alagoas**, Maceió, 5 abr. 1955. p. 6.

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE ALAGOAS. Muniz Falcão. Candidato do PSP à sucessão do governo do Estado. **Jornal de Alagoas**, Maceió, 19 abr. 1955. p. 5.

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE ALAGOAS. Muniz Falcão: considero intacto, ainda, o espírito da coligação. **Jornal de Alagoas**, Maceió, 23 abr. 1955. p. 4-6.

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE ALAGOAS. Em favor do dep. Ary Pitombo, desiste Muniz Falcão de candidatar-se ao Governo de Alagoas. **Jornal de Alagoas**, Maceió, 28 mai. 1955. p. 1.

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE ALAGOAS. Frente Popular Alagoana com Muniz Falcão como candidato à sucessão governamental. **Jornal de Alagoas**, Maceió, 2 jun. 1955. p. 1.

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE ALAGOAS. Acredita Muniz na união de todos os partidos da oposição em torno de sua candidatura. **Jornal de Alagoas**, Maceió, 5 jun. 1955. p. 1-3.

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE ALAGOAS. Prevê o Cel. Ismar a derrota da candidatura Muniz Falcão. **Jornal de Alagoas**, Maceió, 20 ago. 1955. p. 5-6.

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE ALAGOAS. Feriado o dia 3 de outubro. **Jornal de Alagoas**. Maceió, 1 out. 1955. p. 6.

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE ALAGOAS. Nota do PSD. **Jornal de Alagoas**, Maceió, 1 out. 1955. p. 6.

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE ALAGOAS. O governador dirige-se aos alagoanos. **Jornal de Alagoas**, Maceió, 1 out. 1955. p. 4.

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE ALAGOAS. Declaração às últimas horas das eleições. **Jornal de Alagoas**. Maceió, 2 out. 1955. p. 6

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE ALAGOAS. O governador Arnon de Mello. **Jornal de Alagoas**, Maceió, 4 out. 1955. p. 5-6.

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE ALAGOAS. Os resultados das apurações ontem realizadas em Maceió. **Jornal de Alagoas**. Maceió, 6 out. 1955. p. 6.

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE ALAGOAS. Os vencedores da capital. **Jornal de Alagoas**, Maceió, 9 out. 1955. p. 6.

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE ALAGOAS. 3.112 votos nulos e em branco na segunda zona. **Jornal de Alagoas**, Maceió, 12 out. 1955. p. 5.

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE ALAGOAS. Alagoas. **Diário Oficial do Estado de Alagoas**. Maceió, 26 out. 1955. p. 9-10.

SINDICATO DOS TRABALHADORES NA INDÚSTRIA TÊXTIL DE FERNÃO VELHO. **Livro de Atas**. Maceió: STITFV, 14/04/1956.

Fontes secundárias

DELGADO, Lucília de Almeida Neves. **PTB: do getulismo ao reformismo**. São Paulo: Editora Marco Zero, 1989.

DEMIER, Felipe Abranches. Populismo e historiografia na atualidade: lutas operárias, cidadania e nostalgia do varguismo. In: MELO, Demian Bezerra de (Org.). **A miséria da historiografia: uma crítica ao revisionismo contemporâneo**. Rio de Janeiro: Editora Consequência, 2014. p. 125-156.

DI TELLA, Torcuato. **Para uma política latino-americana**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1969.

DUARTE, Adriano; FONTES, Paulo. O populismo visto da periferia: adhemarismo e janismo nos bairros da Mooca e São Miguel Paulista (1947-1953). **Cadernos AEL**, Campinas, v. 11, n. 20/21, p. 83-123, 2004.

FERREIRA, Jorge. Introdução. In: FERREIRA, Jorge (Org.). **O populismo e sua história – Debate e crítica**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001a. p. 7-16.

FERREIRA, Jorge. O nome e a coisa: o populismo na política brasileira. In: FERREIRA, Jorge (Org.). **O populismo e sua história – debate e crítica**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001b. p. 59-124.

FERREIRA, Jorge. Trabalhadores e soldados do Brasil: a Frente de Novembro. In: FERREIRA, Jorge. **O imaginário trabalhista: getulismo, PTB e cultura popular 1945-1964**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. p. 211-275.

FONTES, Paulo. **Um Nordeste em São Paulo: trabalhadores migrantes em São Miguel Paulista (1945-66)**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008.

FRENCH, John D. **O ABC dos operários: conflitos e alianças de classes em São Paulo, 1900-1950**. São Paulo; São Caetano do Sul: Hucitec; Prefeitura de São Caetano do Sul, 1995.

GERMANI, Gino. **Política e sociedade numa época de transição**. São Paulo: Editora MestreJou, 1973.

GOMES, Angela de Castro; D'ARAÚJO, Maria Celina. **Getulismo e trabalhismo**. São Paulo: Editora Ática, 1989.

IANNI, Octavio. **O colapso do populismo no Brasil**. 4º ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1987.

LEAL, Murilo. **A reinvenção da classe trabalhadora (1953-1964)**. Campinas: Editora da Unicamp, 2011.

MAJELLA, Geraldo de. **Rubens Colaço: paixão e vida – A trajetória de um líder sindical**. Recife: Edições Bagaço, 2010.

MARX, Karl. **O 18 brumário e cartas a Kugelmann**. 7º ed. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

MATTOS, Marcelo Badaró et. all. **Greves e repressão policial ao sindicalismo carioca – 1945-1964**. Rio de Janeiro: APERJ / FAPERJ, 2003.

MELO, Airton de Souza. **Operários têxteis em Alagoas: organização sindical, repressão e vida na fábrica (1951 – 1964)**. 2012. 157 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2012.

MOURA, Anderson Vieira. **Comunistas e trabalhadores urbanos em Alagoas (1951-1961)**. 2012. 200 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2012.

MOURA, Anderson Vieira. Os trabalhadores também são notícia: a relação dos operários alagoanos com os jornais nos anos 1950. **Revista Crítica Histórica**, Maceió, n. 9, p. 222-243, 2014.

NEGRO, Antonio Luigi. Paternalismo, populismo e história social. **Cadernos AEL**, Campinas, v. 11, n. 20/21, p. 9-37, 2004.

NEGRO, Antonio Luigi. Zé Brasil foi ser peão – Sobre a dignidade do trabalhador não qualificado na fábrica automobilística. In: BATALHA, Claudio; SILVA, Fernando Teixeira da; FORTES, Alexandre (Org.). **Culturas de classe – Identidade e diversidade na formação do operariado**. Campinas: Editora da Unicamp, 2005. p. 403-435.

NEGRO, Antonio Luigi. “Não trabalhou porque não quis”: greve de trabalhadores têxteis na Justiça do Trabalho (Bahia, 1948). **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 32, n. 64, p. 101-128, 2012.

SALDANHA, Alberto. Governadores alagoanos e os “tempos de antes”. **Revista Crítica Histórica**, Maceió, n. 1, p. 56-72, 2010.

SALDANHA, Alberto (Org.). **A Indústria Têxtil, a classe operária e o PCB em Alagoas**. Maceió: EDUFAL, 2011.

SANTANA, Marco Aurélio. **Homens partidos – Comunistas e sindicatos no Brasil**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2001.

TENÓRIO, Douglas Apratto. **A tragédia do populismo – o impeachment de Muniz Falcão**. 2º ed. Maceió: EDUFAL, 2007.

WEFFORT, Francisco. **O populismo na política brasileira**. 5º ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003.